



CONCEPÇÕES INCLUSIVAS DE PAULO FREIRE NA EDUCAÇÃO DE SURDOS

Ana Keila Castro Garcia ¹
Waldir Ferreira de Abreu ²

Categoria: Comunicação oral

Eixo Temático/Área de Conhecimento: Pesquisa sobre a Produção do Conhecimento Científico em Educação Especial

RESUMO: O presente estudo é uma pesquisa em andamento que analisa o uso das teorias e concepções de Paulo Freire para a educação do aluno surdo, ressaltando a importância de uma formação emancipatória e autônoma, pois o surdo, assim como qualquer outra pessoa, necessita de uma educação de qualidade que o torne capaz de buscar seus objetivos e exercer uma profissão. Tal pesquisa tem como problemática: De que forma as concepções de Paulo Freire contribuem para a educação inclusiva de surdos? Trata-se de uma pesquisa do tipo bibliográfica com abordagem qualitativa, através de pesquisas em diversos campos da educação, principalmente em relação à inclusão. Os resultados preliminares mostram que as políticas educacionais de surdos precisam garantir um ensino de qualidade e emancipatório, além de que as concepções de Paulo Freire ressaltam a importância de uma educação sólida para que os surdos possam de fato fazer parte da sociedade de forma plena e ativa.

PALAVRAS- CHAVE: Concepções Inclusivas; Educação de surdos; Paulo Freire.

1 INTRODUÇÃO

¹ Especialista em Educação Inclusiva (2014). Docente de Língua de sinais (LIBRAS) da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) no município de Capanema, respectivamente. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Infância e Filosofia (GEPEIF), da Universidade Federal do Pará (UFPA). Autora do projeto de pesquisa. anakeilascastro@gmail.com

² Pós-Doutor em Ciências da Educação-Espanha (2013). Professor Adjunto IV da Universidade Federal do Pará (UFPA), vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação do Instituto de Ciências da Educação (ICED), na Linha de Pesquisa Formação de Professores, Trabalho Docente, Teoria e Práticas Pedagógicas, da Universidade Federal do Pará (UFPA). Orientador do projeto de pesquisa. awaldir@ufpa.br

A educação vem com o *slogam* “educação para todos” regida pela política de inclusão escolar, porém esta nomenclatura não atende a todas as pessoas, e ainda impõe uma relação de minoria subordinada à maioria. Especificamente, no caso de educação de surdos, é levado em questão às melhorias e mudanças que são discutidas por ouvintes, que na maioria das vezes não tem conhecimento da Língua Brasileira de Sinais-Libras e tão pouco da cultura e identidade surda.

Claramente, os surdos não podem ser pensados com indiferença e tão pouco sofrerem opressões em relação ao oralismo, que não passa de uma forma discriminatória que une um conjunto de ideias e práticas simplesmente destinadas a fazer com que o surdo seja comparado como os ouvintes.

Mas, situar-se em uma escola que trabalha com um atendimento educacional especializado (AEE), tem gerado algumas discussões, pois em especial, a pedagogia dos surdos se constrói ou implica a partir de oposições como normalidade/anormalidade.

Evidentemente, a educação inclusiva significa pensar em uma escola acessível a todos, envolvendo transformações profissionais, críticas e assistências, além da qualidade de ensino, auxiliando no desenvolvimento e respeitando suas particularidades.

Conforme Freire (2014) é necessário a não negação da capacidade crítica do aluno, pois assim, se torna possível aprender criticamente, desta forma tanto professores como educandos, se empenham na prática da criação, instigação, se tornando inquietos, rigorosos, humildes e persistentes.

No que se refere à história da educação do surdo, percebe-se a marca proposta por diversas correntes filosóficas, políticas e socioculturais distintas, baseadas no modelo aplicado ao ouvinte. Entretanto, essas medidas necessitam de compreensão a partir de seu ápice histórico para que possam complementar a construção de um modelo educacional correto para o aluno surdo.

Toda via, as pessoas que integram a sociedade devem assumir-se como seres racionais, inovadores, curiosos, sendo fortes como “guerreiros” e sensíveis como “vidro”, sabendo expressar sua opinião e acima de tudo, respeitar o direito do próximo. Desta forma, é possível chegar a um consenso acerca da importância de uma nova proposta educacional, qual seja, o bilinguismo, que permitirá às crianças surdas uma aquisição e aprendizado simultâneo de duas línguas: a língua brasileira de sinais e a língua portuguesa.

A realização desta discussão justifica-se por entendermos que a educação inclusiva, presente nas instituições de ensino desde 1996 com a LDB que estabeleceu os princípios e fins da educação nacional na perspectiva da educação inclusiva, vem ganhando força cotidianamente por meio da inclusão de alunos com necessidade educacionais especiais nas escolas regulares como forma de promover uma educação para todos, igualitária e justa.

Contudo, a forma com que esta política vem sendo implantada está sendo alvo de críticas, que segundo Quadros (2002-2003) sinaliza que a título desta suposta educação para todos, há um equívoco quanto a sua homogeneização, pois cegos, surdos, deficientes físicos, deficientes mentais entre outros têm sido visto como um todo, isto é, a política inclusiva está considerando todas essas deficiências como uma só problemática, como se todos tivessem os mesmos benefícios com a inclusão escolar, sem que antes seja feito um diagnóstico das reais necessidades de cada indivíduo.

Daí as concepções de Paulo Freire são postas em xeque a fim de compreender de que forma podem contribuir para a educação de surdos.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva é uma ferramenta renovadora nas instituições escolares, porque ela amplia os horizontes e a participação ativa dos alunos nos processos de ensino e de aprendizagem. Trata-se de uma ressignificação de toda a estrutura educacional para a recepção do aluno especial, incluindo as políticas vigentes, os procedimentos de ensino, bem como todas as outras ações da comunidade escolar. A educação inclusiva embasada neste novo panorama de educação respeita uma condição humana, igualitária e democrática, de forma que o discente possa aprender, bem como apreender, partindo de sua singularidade, tendo como objetivo primordial a contribuição de maneira que se promova a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal para que cada um se construa como um ser global.

As inclusões sociais e educacionais constituem-se hoje em assunto de grande destaque e necessitam atuar através de uma educação que satisfaça às necessidades básicas dos alunos no desenvolvimento pleno das potencialidades, que permita uma vida mais estável e saudável para esse educando, de forma que o mesmo participe das transformações culturais e ajam de maneira proativa na sociedade atual.

Participar das ações da escola, ter acesso ao seu espaço, usufruir dos seus serviços e produtos são ações que os alunos especiais precisam desenvolver, porque eles não podem sentir-se limitados ou ainda deixar de desenvolverem atividades que os alunos ditos normais desenvolvem, porque assim, no lugar de ajudá-los a sentirem-se autônomos, independentes e valorizados, vai-se apenas contribuir para que eles sintam-se ainda mais excluídos, e essa não é a proposta de uma educação inclusiva de qualidade. Páez (2001, p. 33) descreve que a inclusão pode trazer benefícios incontestáveis para o desenvolvimento da pessoa com deficiências, desde que seja oferecida na escola regular, necessariamente, uma Educação Especial que, em um sentido mais amplo, "significa educar, sustentar, acompanhar, deixar marcas, orientar, conduzir".

A educação inclusiva reconhece e respeita todas as diferenças existentes, reconhece as limitações e conhece as necessidades específicas de cada aluno. Essa educação é pautada no atendimento às necessidades dos educandos, fazendo-se necessário que se rompa com velhos paradigmas, de maneira que seja efetivada uma "revolução" na inclusão que se propõe.

Precisa-se, pois, obter um sistema educacional inclusivo, na definição ampla deste conceito, é imprescindível que se parta do princípio de que todas as crianças podem e devem aprender que se respeitem todas as diferenças existentes entre os alunos e que a metodologia pedagógica atenda às necessidades de todos os discentes. É necessário ter uma visão holística da situação. Atitudes dinâmicas, flexíveis, lúdicas, abrangentes, que se distanciem do limitado, do separatista, atitudes voltadas para uma escola cidadã, livre de preconceitos, limitações, em que a diferença seja realmente valorizada.

2.2 AS CONCEPÇÕES DE PAULO FREIRE SOBRE A INCLUSÃO

Analisando as políticas públicas desenvolvidas no Brasil elaboradas com o propósito de uma educação inclusiva, verifica-se que, apesar de terem sido construídas pautadas em um discurso democrático, fundamentado em princípios de igualdade, diversidade e solidariedade, tais políticas educativas não se caracterizam como uma escola inclusiva. Isso porque se constatou que o discurso inclusivo foi constituído sobre os mesmos conceitos de uma cultura capitalista e impiedosa que atribuiu à exclusão a determinados grupos da população educacional. O educador Freire (2005, p.7) esclarece que em sociedades que possuem uma dinâmica estrutural condutoras da dominação de consciências, "a pedagogia dominante é a pedagogia das classes dominantes". Assim, os artifícios da opressão não podem, de modo contraditório, servir à libertação do oprimido.

Costa e Turci (2011, p. 3763) ressaltam que, especificamente, no caso dos alunos com necessidades educativas especiais, *“eles foram segregados por meio de práticas homogeneizadoras construídas e delimitadas a partir de um padrão de normalidade referenciado pelo princípio da individualidade e da competitividade”*. Tais indivíduos foram ignorados pelo Estado, ficando esquecidos e contando apenas com a solidariedade de instituições filantrópicas ou, para aqueles que pudessem pagar, com os serviços que as escolas privadas de educação especial ofereciam.

Nas instituições para alunos com necessidades educativas especiais, os mesmos eram privados do convívio social e estigmatizados como se fossem seres diferentes e excepcionais. Como consequência, esses alunos perderam o direito à autonomia intelectual, perdendo a dignidade, passando a depender de outras pessoas para viver, deixando a condição de ser humano, sendo intitulados como seres vegetantes. Isto significa dizer que a relação de alteridade entre os seres humanos foi rompida, classificados agora como normais e anormais, resultando na relação entre ser opressor e ser oprimido (COSTA; TURCI, 2011).

Desse modo, tal ideologia que oprimi o ser humano não pode ser eleita como objeto referencial para a construção de uma escola inclusiva, uma vez que esta retrata a posição inferior que o Brasil ocupa em relação aos países desenvolvidos. Este fato impõe atualmente padrões educacionais completamente descontextualizados da realidade da escola pública brasileira, pois desconsideram os fatores que caracterizam o cotidiano escolar, constituído em inúmeras dificuldades para a realização concreta do processo inclusivo, tais como a superlotação das salas de aula, a precária formação de muitos professores e o alto índice de analfabetos funcionais.

A filosofia educacional política presente nas concepções de Paulo Freire não é somente para os alunos com necessidades educativas especiais e os demais excluídos, mas sim para todos, sem exceção. As concepções de Freire postulam-se em uma autêntica pedagogia da inclusão, baseada no princípio dialógico, numa

abordagem libertadora, na escola e no mundo, aquela que retoma a alteridade entre homens e mulheres ao reconhecer e respeitar as diferenças que constituem os homens e os caracterizam como seres humanos.

2.3 A EDUCAÇÃO DE SURDOS SOB A ÓTICA DE FREIRE

Durante muitas décadas, as discussões sobre a educação do surdo eram limitadas a escolha de quais práticas educacionais o professor deveria trabalhar com o aluno, no viés do oralismo e na comunicação total (bilinguismo) e qual língua escolher para que aprenda, o português oral, o português escrito ou a LIBRAS, tentando considerar qual seria mais adequada para o pleno desenvolvimento da criança surda. Tais discussões atualmente não desencadeiam tantos questionamentos, pois um elevado número de estudos e pesquisas publicados tem constatado a eficácia da abordagem educacional bilíngue e a importância da LIBRAS na educação do aluno surdo. Contudo, a maneira com que tais constatações são interpretadas e empregadas divergem significativamente, o que possibilita conceituar dois grupos diferentes de propostas: uma sugerida pelos estudos surdos e a outra apresentada pela Política Inclusiva Brasileira (SANTOS; BORDAS, 2009).

Segundo dados de estudos surdos, quando a criança surda é filha de pais ouvintes, terá maior dificuldade em adquirir a linguagem naturalmente, mas não será algo impossível, é preciso que esta seja inserida numa instituição que possa incluí-la para que aprenda as duas linguagens, constituindo-se um ponto de extrema relevância no que diz respeito à busca por fixar propostas educacionais para esta população (SANTOS; BORDAS, 2009).

De acordo com Karnopp e Quadros (2001), quando uma criança chega à escola sem saber nenhuma língua, é essencial que o trabalho seja realizado com o objetivo de que essa criança possa retomar o processo de aquisição da linguagem

por meio de uma língua visual-espacial. É necessário e primordial que os bebês comecem a manter contato com pessoas que já tem a LIBRAS como língua usual, preferencialmente, pessoas surdas, a fim de garantir o acesso à língua de sinais, conseqüentemente, garantindo a aquisição da linguagem, qualquer pessoa, seja ela surda ou não, precisa ter acesso à LIBRAS para que haja a interação com as pessoas que usam tal língua para constituir sua linguagem e se apropriar como identidade social. Karnopp e Quadros (2001) acreditam que é de fundamental importância que todos possam dominar a LIBRAS como um pressuposto para se pensar em processo educacional inclusivo, já que a base desse processo está diretamente ligada por meio da interação linguística.

Partindo de uma análise da discussão exposta acima e complementando as discussões anteriormente realizadas sobre a questão dos surdos e da educação inclusiva, neste momento, recorre-se às concepções de Freire a fim de contribuir com a temática.

Para Freire (2008), a prática educativo-progressista, na qual afirma que o ensinar-aprender deve estar voltado para que o aluno tenha autonomia no seu processo de produção e construção do conhecimento, aborda os saberes fundamentais para uma prática docente crítica (progressista), na qual o educador deve reconhecer a importância de estar sempre atualizado e tendo seus conhecimentos sempre renovados, devendo esta renovação compreender tanto saberes teóricos, quanto saberes populares.

3 METODOLOGIA

A pesquisa proposta é caracterizada como bibliográfica e aponta para uma abordagem de natureza qualitativa, pois busca compreender os fenômenos presentes nas concepções abordadas nesta pesquisa em relação ao objeto de estudo e a realidade dos modelos de educação atualmente.

Para Severino (2007, p. 122), a pesquisa bibliográfica “utiliza-se de dados ou de categorias já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados”. A partir desse conceito, utilizou-se de pesquisa bibliográfica buscando responder às questões levantadas na problemática através dos estudos literários pertinentes ao tema. Através de uma revisão da literatura buscou-se conhecer as bases históricas a fim de compreender a relação entre a educação e a sociedade, bem como suas repercussões sobre as concepções de Paulo Freire, identificando formas efetivas das funções do educador no processo educacional numa perspectiva transformadora, analisando contextualmente as contradições do processo de ensino na educação dita normal e na educação inclusiva.

As informações serão obtidas, primeiramente, a partir da pesquisa bibliográfica, considerando as concepções de Paulo Freire e de renomados autores tendo como referencial os estudos/pesquisas com enfoque na educação inclusiva.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Considerando os estudos preliminares desta pesquisa, verificamos que muito se tem discutido a respeito da educação inclusiva no Brasil, isto pode pressupor que as teorias e práticas estão sendo implementadas ao longo dos anos e transformadas de acordo com as necessidades dos sujeitos que delas se apropriam.

O processo de inclusão dessa demanda se refere a um processo educacional que tem como objetivo estender ao máximo a capacidade do sujeito com deficiência na escola e na classe regular para que se torne, aos poucos, menos dependente. Este processo é constante e precisa ser continuamente revisto, reordenado e atualizado conforme o avanço da tecnologia e das práticas educacionais.

Freire (2008) afirma que a inclusão, enquanto forma de flexibilizar a resposta educativa de modo a fornecer uma educação básica de qualidade a todos os alunos, tem sido apontada como uma solução para o problema da exclusão educacional. Porém, não obstante os esforços legislativos persistem algumas barreiras que dificultam o desenvolvimento de uma educação inclusiva que obriga a grandes

mudanças organizacionais e funcionais em diferentes níveis do sistema educativo, a mudanças na articulação dos diferentes agentes educativos, a mudanças na gestão da sala de aula e do currículo e a mudanças do próprio processo de ensino-aprendizagem e, por isso mesmo, pode também originar resistências e medos, que inibam a ocorrência dessas mudanças.

Sendo assim, destacamos a relevância científico-acadêmica desta pesquisa fundamentada na possibilidade de contribuir com os estudos sobre a educação inclusiva a partir das concepções de Paulo Freire. Na relevância institucional tencionamos oportunizar esclarecimentos acerca do processo de inclusão de surdos em instituições regulares de modo que haja esclarecimentos acerca das políticas públicas que subsidiam o ensino para essa demanda. Como relevância prático-pessoal entendemos que a pesquisa sobre a educação inclusiva para alunos surdos se tornam aliados concretos em minha profissionalização como educadora e pesquisadora, além de contribuir com o processo de formação de profissionais voltados para atender alunos surdos.

5 CONCLUSÃO

Por ser uma pesquisa em andamento, até o momento realizamos levantamento bibliográfico para fundamentar a questão da educação inclusiva no Brasil a partir das concepções do educador Paulo Freire.

Os estudos mostram que a educação inclusiva é um desafio, que ao ser devidamente enfrentado pela escola comum, provoca a melhoria da qualidade da educação no Brasil, à proporção que, para cada aluno com ou sem deficiência, poder exercer seu direito à educação com plenitude, é imprescindível que essa instituição escolar intensifique as suas práticas pedagógicas, no intuito de atender as diferenças. Esse aprimoramento é primordial, no sentido de que os discentes possam passar pela experiência educacional e dela tirar proveito, pois só assim os mesmos podem alcançar o conhecimento.

A construção de uma sociedade inclusiva pauta-se em mudanças de panorama, de paradigmas e de ações, de forma que seja apoiada uma nova prática social que viabilize instituições inclusivas que atendam a todos, independentemente de suas necessidades educacionais especiais, como garantia da participação de todos nesse processo.

Diretores, coordenadores, técnicos também expressam preocupações tanto com a sua formação como com a dos demais envolvidos no processo, evidenciando que os desafios postos pela educação inclusiva mobilizam os vários profissionais da educação envolvidos com a escola.

A qualidade dos atendimentos, a forma e o trabalho específico com cada aluno na escola, bem como as relações estabelecidas, a questão da aceitação, o trabalho com as famílias e demais funcionários da escola são pontos essenciais para fundamentar este trabalho de inclusão. Para tanto, torna-se necessário buscar alternativas que mobilize cada vez mais o processo de inclusão do surdo no meio educacional.

Baseando-se nas concepções de Freire (2008), chega-se a conclusão de que o educador deve conhecer o posicionamento dos sujeitos envolvidos através da sua prática educativa, não devendo descartar a alternativa da existência de escolas para surdos na educação desses sujeitos; da mesma forma, deve considerar a voz do surdo, bem como os conhecimentos científicos em relação ao processo de desenvolvimento da linguagem, reconhecendo que se deve priorizar na educação do surdo a comunicação em LIBRAS por meio de interlocutores que dominem a língua, o que torna a escola de surdos mais preparada para esse processo.

No mais, reconhecer a importância da LIBRAS e suas contribuições, foge-se do possível fatalismo que possa ser relacionado às dificuldades dos surdos, garantindo-se, assim, a esses alunos um processo educativo progressista.

REFERÊNCIAS

**V CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
17 a 19 de outubro de 2018 – UNIFESSPA/Marabá-PA
ISSN 2526-3579**

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional De Educação Especial Na Perspectiva Da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/polipecial.pdf>>. Acesso em: 20/10/2017.

COSTA, M. P. R.; TURCI, P. C. **Inclusão Escolar na perspectiva da educação para todos de Paulo Freire**. VII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial. Londrina – de 08 a 10 Novembro de 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2005.

KARNOPP, L.; QUADROS, R. M. **Educação Infantil para Surdos**. In: ROMAN, E. D.; STEYER, V. E. (Org.). A criança de 0 a 6 anos e a Educação Infantil: um retrato multifacetado. Canoas, 2001, p. 214-230; Disponível em: <<http://www.ronice.ced.ufsc.br/index.htm>>. Acesso em: 21/10/2017.

PÁEZ, S. M. C. **A integração em processo: da exclusão à inclusão**. Escritos da criança, 6, 2001, 29-39.

SANTOS, A. D. W.; BORDAS, M. A. G. **Educação do Surdo e a Pedagogia Freiriana**. V Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial. 3 a 6 de novembro de 2009 - Londrina – PR.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico. 23ª ed. rev. e atual**. São Paulo: Cortez, 2007.

QUADROS, R. M. **Situando as Diferenças Implicadas na Educação de Surdos: Inclusão/exclusão**. *Revista Ponto de Vista*. UFSC, Nº4, 2002-2003. Não paginado. Disponível em: <<http://www.ronice.ced.ufsc.br/index.htm>>. Acesso em: 21/10/2017.